

Crise política afeta economia

SÃO PAULO — O Brasil perdeu potencial de ingresso de recursos externos da ordem de US\$ 6 bilhões com a crise política. Além disso, a inflação, que fecharia 1992 num patamar inferior a 1.000%, deverá esticar para 1.200%. A taxa de juros pulou para 30% ao mês e a atividade econômica deverá fechar com crescimento bem mais modesto que a estimativa de 2,7%. Essa é a contabilidade da crise política brasileira, segundo estudo preparado para um restrito grupo de empresas e bancos pelo economista Carlos Geraldo Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Banco Central.

"Nada disso aconteceria sem a crise política", diz Langoni. "Por essa razão, o desfecho do problema deve ocorrer o mais rápido possível. Os dados confirmam os custos sociais e econômicos ao longo do tempo." Segundo o estudo distribuído por Langoni, a crise contribuiu decisivamente para a inflação, pois provocou uma remarcação defensiva de preços, mesmo em ambiente recessivo. Preços industriais passaram de uma alta de 21,8% em julho para 26,7% em agosto.

O dado quantitativo foi o corte no fluxo de recursos externos, de acordo com o estudo de Langoni. Houve um corte de 70% no fluxo médio de recursos estrangeiros de US\$ 1 bilhão por mês no primeiro semestre do ano. "Assim, pode-se prever que, sem solução da crise e medidas consequentes no *day-after*, o Brasil deixa de ganhar US\$ 4,2 bilhões em novos recursos de setembro a dezembro", estima o diretor da FGV. "Além disso, tornou-se impossível a renegociação com o FMI. Enquanto isso, o país perde de mais US\$ 1,7 bilhão em empréstimos por parte do órgão." Além do acordo de metas com o FMI, o Brasil deixa também para depois o acordo da dívida externa com os bancos privados.

Os efeitos da crise política sobre a economia brasileira provocam ainda maiores preocupações, na avaliação de Langoni, quando se percebe a falta de perspectivas concretas de aprovação de vários projetos de mudanças estruturais pelo Congresso Nacional. "As reformas estruturais estão em compasso de espera entre os deputados", afirma Langoni.